

DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DO PJSC – Janeiro de 2020.

(Saudações).

Saudação especial a Banda Treml. 107 anos de tradição que representa a cultura alemã do norte e de toda a Santa Catarina.

Minhas primeiras palavras são de gratidão.

Gratidão a Deus, Alfa e Ômega da história individual e coletiva. Curvo minha fronte agradecendo pela vida, pela saúde, pela dádiva da família e pelo trabalho.

Gratidão à família pela compreensão da ausência. A minha esposa Sandra, querida e eterna namorada, presença constante, minha referência e meu norte, cúmplice de todos os momentos. A meus filhos Shana e Leonardo, meu genro Hugo e minha nora Débora, meus netos Yasmin e Pietro, que me fazem andar sem os pés no chão, pelo amor incondicional. Gratidão a minha mãe Iolanda Luci e meus irmãos Solange e Luis Fernando que integram essa célula mater que nos mantém de pé e a ordem. Ao meu inesquecível pai Leonardo que permanece vivo

em meu coração, pelo exemplo de vida, fé e coragem.

Gratidão aos Desembargadores que compõem a alta administração, Blasi, Soraya, Volnei, Salim e Dinart pelo entusiasmo, pela motivação e engajamento.

Gratidão a todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça que confiaram e me proporcionaram a honra de presidir o Poder Judiciário Catarinense.

Agradeço aos juízes e servidores, pelo conforto e apoio recorrente, aos assessores e servidores do gabinete, pela lealdade e dedicação, colunas que sustentam a minha caminhada.

Agradeço aos amigos de hoje de ontem e de sempre e irmãos de todos os momentos pelo incentivo fraterno que só o amor inspira. E aos advogados e membros do Ministério Público.

Ao assumir o desafio o fiz certo não só da magnitude do trabalho por vir, mas com a responsabilidade que tão alta designação reclama.

E o momento reclama comprometimento. É de obrigação com todos, com o poder judiciário e

com a sociedade catarinense. Nesse sentido, a minha relação com o outro é uma relação de partilha.

Partilha. Uma das palavras que mais aprecio.

A vida partilhada, o trabalho partilhado. Os momentos. A partilha da oportunidade, da competência e do legado.

Partilhar é repartir sem dividir. É somar. É em síntese oportunidade para construir. E partilhar é um gesto fundamental diante desse momento de tantas mudanças.

De meu ingresso na carreira até os dias de hoje as transformações são cada vez rápidas tanto quanto são maiores as exigências que submetem o Poder Judiciário. Esse movimento incondicional da sociedade reclama de nós a mesma dinâmica. Em lugar de velhas verdades, de ideias perenes e conceitos inertes é preciso gerir com dinamismo e inovação.

Ouso dizer, e o faço sem nenhum receio, que a gestão que me antecedeu inaugurou um novo paradigma, afinado com as demandas contemporâneas. Antigas práticas foram substituídas por medidas mais versáteis. A gestão modernizou-se de modo a tornar mais efetiva a

rotina administrativa e sobretudo a prestação jurisdicional. Finalmente, tudo indica, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina caminha para sua expansão no âmbito virtual.

Penso, a percepção desse espírito audaz tenha animado o Ministro Edson Fachin, em recente passagem nesta Corte, invocar Goethe ao referir-se ao Desembargador Rodrigo Collaço, para definir-lhe como um homem de “raízes e asas”. As raízes por situar o seu lugar no espaço e no mundo em que vive e convive, na diversidade, no respeito e sobretudo no diálogo; as asas por medir e ampliar seus horizontes, por pensar na gestão como algo para além de si. Não creio que expressão mais feliz pudesse sintetizar o biênio que se encerra.

Mas não se pode esquecer que a administração se faz a muitas mãos. E foi o que demonstrou este Tribunal quando elegeu o seu último presidente. Abdicando de suas predileções e idiossincrasias, todos se uniram em prol da instituição, cujo retrato mais autêntico foi o esforço comum em face das dificuldades enfrentadas ao longo dos dois últimos anos, quer para a promoção dos interesses institucionais,

quer para afirmação das prerrogativas assentadas constitucionalmente.

No belo poema de John Donne lemos que nenhum homem é insular. Por isso rogo aos meus colegas que mantenham esse espírito elevado, pois a magistratura traduz um só corpo, uma só entidade, uma só instituição. Temos sob nossos ombros uma responsabilidade que transcende nossos interesses e anseios pessoais, responsabilidade que é incompatível com o exercício de conveniências.

Não proponho um apelo retórico. Ao esforço de alguns a magistratura tem sido vilipendiada cotidianamente, e seus juízes nem sempre têm tido forças para afirmar seus valores. Essa provação constante da magistratura naturalmente se faz sentir em todo seu corpo, em seus juízes e em seus valorosos servidores. Mas não podemos simplesmente nos render ao flagelo alheio. É preciso resgatar esse espírito de pertencimento. É preciso ver e reconhecer-se parte dessa nobre instituição. É preciso que se tenha orgulho de pertencer e trabalhar no judiciário catarinense.

Emmanuel Carrère, ao retratar um juiz em um de seus romances, lembra que “o importante não é o que se faz, mas como se faz”. É de Sartre a afirmação: “não importa o que fizeram de mim. O que importa é o que eu faço com o que fizeram de mim”. É importante que reafirmemos nosso compromisso comum, que tenhamos a convicção de que nosso valor não está na liturgia e nas formas, mas no brilho de nossa vocação. A importância de nossa função não pode se distrair nos encantos da toga.

Esse espírito de pertencimento e de compromisso é fundamental. O curto período de dois anos dedicado à gestão judiciária não nos permite soluções provisórias ou superficiais ; se impõe à alta administração a priorização da gestão e da governança, a determinação de um planejamento estratégico, a ordenação de ações objetivas e fundamentalmente a congregação de todos, magistrados e servidores em torno de objetivos comuns, que sem deixar de perceber as demandas cotidianas voltem seus olhos para programas que impactem o futuro da atividade judicante e a prestação do serviço à sociedade catarinense a médio e longo prazo.

Três eixos essenciais nos movem na administração: A informação, a Integração e a Inovação. Nessas premissas estabelecemos a base de uma gestão partilhada, democrática, que buscará a eficiência ideal.

Tenho clareza que a gestão depende não só da convergência dos esforços, mas sobretudo de muito diálogo para compor os interesses. Como qualquer mandato, a presidência do tribunal não pertence ao seu presidente, porque a significação de sua regência repousa nos seus representados, e a brevidade da representação não se afeiçoa com a vaidade. Pouco importa onde quer que tomemos assento; servimos todos aos mesmos desígnios. E devemos partilhar do mesmo propósito.

O Brasil vive dias de transição. A resistência da democracia tem sido provada constantemente na medida em que se testam as suas instituições, nem sempre sensíveis às reivindicações da sociedade. Em um país demarcado pela desigualdade vertiginosa e diante de um ambiente de inanição o Poder Judiciário tem ocupado algum protagonismo involuntário que, se não pouco recomendável à saúde da democracia, sujeita a magistratura ao jugo

popular, que passa a vindicar do Judiciário o que compõe o ordinário da atividade de outras instituições. Sem muita cautela o que parece a afirmação das prerrogativas da magistratura poderá desestabilizar a harmonia entre os poderes e sujeita-la ao seu próprio auto de fé.

O compromisso com as prerrogativas da magistratura e da administração do poder é intransigível. Mas tão importante quanto a afirmação de sua autonomia é estabelecer o papel de cada um no ambiente democrático. O protagonismo do Poder Judiciário deve estar circunscrito à defesa dos direitos e garantias que definem a democracia como tal deve ser, sem se permitir ingerência na sua atuação, da mesma forma que não se deve interferir na atuação de outros poderes, se não quando postos em risco os pilares que sustentam o estado democrático de direito.

Os juízes podem ter um só medo; ou o medo de ter medo ou o medo de faltar com o seu dever.

Acredito no diálogo baseado em princípios virtuosos. Manteremos e incentivaremos o diálogo republicano com o executivo, legislativo,

com o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e com as demais instituições.

É evidente que a diversidade de ideias é ínsita a pluralidade. As divergências são bem vindas enquanto estimulam a reflexão, enriquecem o debate e nos levam ao aperfeiçoamento das ações.

Por outro lado, o fortalecimento do Judiciário exige que olhemos sobretudo para dentro. É indispensável acompanharmos os ventos da modernidade e darmos continuidade às mudanças que permitirão ao Poder Judiciário de Santa Catarina renovar-se diante da evolução social e tecnológica.

Sem louvores poéticos penso que devemos ampliar os horizontes e pensar o Poder Judiciário não apenas para um biênio, mas para as próximas décadas, o que significa não só repensar as formas e métodos de trabalho, mas a adequação e o bem-estar de todos que integram a instituição e o sistema judicial.

É certo. Atualmente nos confrontamos com variáveis de altíssima complexidade. O cotidiano é fluído, tudo é instantâneo. Eu tenho convicção de que as mudanças são das poucas certezas que

temos na vida, tão certo como tenho a necessidade de nos adaptarmos a elas. Foi a adaptação que perpetuou a vida, é ela que rege a nossa sobrevivência e determina a nossa evolução.

Nos últimos tempos dessa sua história de 128 anos, das decisões em canetas de nanquim, passando pelas máquinas de escrever até os processos digitais, o Poder Judiciário de Santa Catarina tem aprimorado sua estrutura, capacitado recorrentemente seus integrantes e se adaptado às novas tecnologias para atender da melhor forma o jurisdicionado. O nosso desafio é manter a excelência dos nossos serviços à sociedade ao mesmo tempo em que evoluímos com ela.

Às demandas já conhecidas somam-se novos desafios. O que se mantém perene é o compromisso de envidar todos os esforços na busca de soluções que melhor atendam os apelos sociais a iniciar pelo diálogo franco e aberto, repito, com toda a sociedade, com os demais poderes e as instituições, sem olvidar principalmente a preocupação com o resgate do orgulho, da satisfação e da autoestima de todos que integram o judiciário catarinense.

Acredito num judiciário exponencial, independente, plural, democrático e protagonista da transformação social que estamos vivendo no mundo.

A nossa vocação é servir à sociedade. E tão legítima quanto suas demandas é a certeza de que o Poder Judiciário de Santa Catarina permanecerá fiel aos seus valores e tradições ao mesmo tempo em que se prepara para inaugurar uma nova era, alinhada com os desafios da modernidade.

Encerro minhas palavras insistindo na afirmação de que devemos sempre dialogar e trabalhar nas virtudes, conhecendo e aperfeiçoando, conhecendo-se e aperfeiçoando-se.

Um Judiciário forte é sinônimo de uma sociedade justa, solidária e democrática. E eu creio que é isso que todos desejam, precisam e merecem.

Agradeço a oportunidade de servir a essa causa.

Que seja assim, que assim seja.

Muito obrigado.

Des. Ricardo José Roesler
Presidente do TJSC.